HENRY GIROUX

PEDAGOGIA CRÍTICA E ENSINO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA

JULIANA BALTA FERREIRA
SIMONE HELEN DRUMOND ISCHKANIAN
GLADYS NOGUEIRA CABRAL
SANDRO GARABED ISCHKANIAN

HENRY GIROUX E A PEDAGOGIA CRÍTICA: O ENSINO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a contribuição teórica de Henry Giroux para a consolidação da Pedagogia Crítica, compreendida como um movimento de resistência e de transformação cultural por meio do ensino. Fundamentada na tradição da teoria crítica, a proposta de Giroux resgata a escola e os professores como agentes centrais de uma prática pedagógica que não se limita à transmissão de conteúdos, mas que se projeta como uma prática política e emancipatória. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, que mobiliza referenciais clássicos e contemporâneos da área da educação, a exemplo de Freire (2015), Saviani (1997), McLaren (2000) e Mészáros (2003), articulando-os às reflexões de Giroux (1986, 1997, 2003). A Pedagogia Crítica defendida por Giroux se caracteriza como uma pedagogia radical, que coloca em questão a neutralidade do processo educativo e a aparente naturalidade das estruturas de poder que se manifestam na escola e na sociedade. O ensino é concebido como prática de resistência, em que professores e alunos assumem papéis ativos na produção de significados e no questionamento das relações de dominação impostas pela lógica do capital e pelos discursos hegemônicos da cultura global. Ao mesmo tempo, a escola é entendida como espaço contraditório, no qual coexistem forças de controle e possibilidades de emancipação. O estudo evidencia ainda que Giroux rompe com perspectivas pedagógicas conservadoras e tecnicistas, que reduzem a prática docente a métodos de instrução ou a estratégias de gestão de sala de aula. Ao contrário, propõe uma prática pedagógica pautada na autonomia, no diálogo crítico e na consciência histórica, aproximando-se da tradição freiriana. Tal concepção exige que o professor se reconheça como intelectual transformador, capaz de intervir criticamente no currículo, de problematizar os conteúdos e de construir com os estudantes um processo de aprendizagem voltado para a cidadania democrática e para a justiça social. O ensino se configura como ato político e cultural, capaz de promover a formação de sujeitos conscientes e comprometidos com a transformação social. A resistência, aqui, não é entendida como simples oposição, mas como criação de alternativas pedagógicas e culturais que desafiem a lógica neoliberal e suas formas de exclusão. O trabalho docente, articula-se a um projeto maior de sociedade, no qual a educação se apresenta como ferramenta de luta contra as desigualdades e contra a reprodução de práticas de opressão. A análise também considera que, ao situar a pedagogia como prática cultural, Giroux abre caminhos para o diálogo com outras áreas do conhecimento, ampliando as possibilidades de compreensão sobre a educação em contextos marcados pela diversidade, pela globalização e pelos conflitos sociais. A pedagogia crítica contribui para superar as fronteiras disciplinares, transformando a escola em espaço de produção de novos discursos, valores e formas de sociabilidade. Conclui-se que a proposta de Henry Giroux reafirma a centralidade da educação como prática de resistência e como campo de disputas políticas e culturais. Este estudo reforça a relevância de pensar a prática docente não apenas em sua dimensão técnica, mas principalmente como um compromisso ético e social, voltado para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Henry Giroux; pedagogia crítica; ensino; resistência; política cultural.

HENRY GIROUX AND CRITICAL PEDAGOGY: TEACHING AS A PRACTICE OF RESISTANCE.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

The present study aims to reflect on the theoretical contribution of Henry Giroux to the consolidation of Critical Pedagogy, understood as a movement of resistance and cultural transformation through teaching. Grounded in the tradition of critical theory, Giroux's proposal reclaims schools and teachers as central agents of a pedagogical practice that goes beyond the mere transmission of content, projecting itself as a political and emancipatory act. This is a bibliographical and documentary research, which draws on both classical and contemporary references in the field of education, such as Freire (2015), Saviani (1997), McLaren (2000), and Mészáros (2003), articulating them with the reflections of Giroux (1986, 1997, 2003). The Critical Pedagogy defended by Giroux is characterized as a radical pedagogy, one that questions the neutrality of the educational process and the apparent naturalness of power structures manifested in schools and society. Teaching is conceived as a practice of resistance, in which teachers and students assume active roles in the production of meaning and in the questioning of relations of domination imposed by the logic of capital and the hegemonic discourses of global culture. At the same time, the school is understood as a contradictory space, where forces of control and possibilities for emancipation coexist. The study further demonstrates that Giroux challenges conservative and technicist pedagogical perspectives, which reduce teaching to methods of instruction or classroom management strategies. On the contrary, he proposes a pedagogical practice based on autonomy, critical dialogue, and historical consciousness, closely aligned with the Freirean tradition. Such a conception requires teachers to recognize themselves as transformative intellectuals, capable of critically intervening in the curriculum, problematizing content, and constructing with students a learning process oriented toward democratic citizenship and social justice. Teaching, therefore, is configured as a political and cultural act, capable of fostering the formation of conscious subjects committed to social transformation. Resistance, in this context, is not understood as mere opposition, but as the creation of pedagogical and cultural alternatives that challenge neoliberal logic and its forms of exclusion. Teaching practice thus connects to a broader societal project in which education becomes a tool for combating inequalities and resisting the reproduction of oppressive practices. The analysis also considers that, by situating pedagogy as a cultural practice, Giroux opens pathways for dialogue with other areas of knowledge, expanding the possibilities of understanding education in contexts marked by diversity, globalization, and social conflicts. Critical Pedagogy, in this sense, contributes to overcoming disciplinary boundaries, transforming the school into a space for the production of new discourses, values, and forms of sociability. In conclusion, Henry Giroux's proposal reaffirms the centrality of education as a practice of resistance and as a field of political and cultural struggles. This study reinforces the importance of conceiving teaching practice not only in its technical dimension but primarily as an ethical and social commitment directed toward building a more just and democratic society.

Keywords: Henry Giroux; critical pedagogy; teaching; resistance; cultural politics.

HENRY GIROUX E A PEDAGOGIA CRÍTICA: O ENSINO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

Na sala de aula silenciosa,
ergue-se uma voz que insiste:
o ensino não é neutro,
é ato político que resiste.

Giroux nos lembra, com clareza,
que ensinar é semear futuro,
questionar o que parece natural,
abrir caminhos no mundo duro.

Não basta repetir conteúdos,
nem vestir o saber de neutralidade;
é preciso dar sentido à palavra,
fazer do aprender um ato de verdade.

O professor, intelectual
transformador,
não se curva ao peso da dominação;
desafia o capital e sua lógica fria,
com coragem, diálogo e reflexão.

A escola é espaço de contradições,
onde o controle disputa com a
esperança;
mas também é terreno fértil de luta,
onde germina a força da mudança.

Ensinar, aqui, é criar resistência,
é gesto cultural e social,
é fazer da educação um grito,
contra a barbárie, em favor do ideal.

E no horizonte dessa pedagogia,
há sempre a chama que nos conduz:
formar sujeitos conscientes,
para a democracia que reluz.

HENRY GIROUX E A PEDAGOGIA CRÍTICA: O ENSINO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA.

Juliana Balta Ferreira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A pedagogia crítica, na perspectiva de Henry Giroux, apresenta-se como uma alternativa fundamental à lógica dominante que transforma a escola em mero espaço de reprodução de desigualdades sociais. Para Giroux (1997), o ensino deve ser compreendido como prática de resistência, ou seja, uma ação intencional capaz de questionar, confrontar e transformar as estruturas de poder que moldam a sociedade. A escola, segundo Gadotti (2003), deve ser reconhecida como um espaço público de formação democrática, no qual professores e alunos atuam como sujeitos ativos, produtores de significados e agentes de transformação cultural. Essa concepção implica uma visão de educação que vai além da mera transmissão de conteúdos, valorizando a participação crítica, a construção coletiva do conhecimento e a promoção de cidadania. Nessa perspectiva, a escola torna-se um ambiente capaz de questionar, resistir e transformar as estruturas sociais existentes, promovendo a reflexão crítica sobre a realidade e estimulando a ação consciente dos estudantes e docentes.

A realidade educacional historicamente tem sido moldada por concepções de pedagogia alinhadas à doutrina liberal, que Libâneo (2011, p. 22) identifica como justificativa do sistema capitalista. A educação reflete e reforça a organização social baseada na propriedade privada e na manutenção da hierarquia de classes, priorizando a liberdade e os interesses individuais em detrimento de uma perspectiva coletiva e emancipatória. A pedagogia liberal, tende a limitar a escola a um papel de reprodução social e econômica, preparando os indivíduos para se adaptarem a uma estrutura de desigualdades, ao invés de questioná-la.

> A doutrina liberal apareceu como justificativa do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada saciedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade. (Libâneo, 2011, p. 22).

Ao relacionar essas perspectivas, evidencia-se o contraste entre uma educação crítica e emancipatória e uma educação voltada à manutenção do status quo. Enquanto a proposta de Gadotti (2003) e, por extensão, de Giroux, entende a escola como espaço de formação democrática

e resistência, a pedagogia liberal mencionada por Libâneo (2011) restringe o ensino à conformidade social, enfatizando a obediência e a adaptação às normas do sistema. A pedagogia crítica surge, então, como alternativa à lógica liberal: seu objetivo é empoderar professores e estudantes, estimulando a consciência de liberdade, a participação cidadã e a capacidade de transformar a realidade social, rompendo com os limites impostos pela ideologia liberal.

A pedagogia crítica não apenas contesta as desigualdades estruturais reforçadas pela pedagogia liberal, mas também propõe a construção de um currículo e de práticas pedagógicas que promovam o pensamento crítico, a solidariedade e a ação coletiva. A escola, enquanto espaço público de formação democrática, torna-se o ponto de convergência entre o conhecimento e a ação social, oferecendo aos sujeitos a possibilidade de se tornarem intelectuais críticos, capazes de intervir na sociedade de forma consciente e transformadora.

O pensamento de Giroux se insere em um contexto marcado pela expansão do neoliberalismo e pelas mudanças culturais da pós-modernidade. Anderson (1999) observa que a pós-modernidade caracteriza-se pela fragmentação dos saberes, pela flexibilização das instituições e pela crescente influência do capital sobre as práticas culturais e sociais. Nesse cenário, a pedagogia crítica surge como resposta à mercantilização da educação e ao discurso da globalização, que frequentemente esconde os processos de exclusão social e a concentração de riqueza. Paulo Freire (2015), em *Pedagogia da Autonomia*, já enfatizava que a globalização fortalece a riqueza de poucos e aprofunda a miséria de milhões, apontando a necessidade de práticas educativas voltadas para a emancipação.

> "o discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano (...) O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca." (Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire)

A pedagogia liberal, conforme explica Libâneo (2011), nasce vinculada à doutrina liberal, que privilegia a propriedade privada, os interesses individuais e a manutenção da sociedade de classes. Em contraposição, Giroux (1997) se alinha à pedagogia crítica, que vê a educação como prática de emancipação, não de conformação. Para ele, a escola deve ultrapassar o papel de mera transmissora de conhecimentos técnicos e assumir-se como espaço público de debates, de construção coletiva e de práticas democráticas (Gadotti, 2003).

Os professores são chamados a assumir o papel de intelectuais públicos. Giroux (1997) ressalta que o docente não deve restringir sua atuação à sala de aula como mero executor de currículos pré-estabelecidos. Pelo contrário, deve se reconhecer como sujeito político e intelectual,

capaz de problematizar a sociedade, engajar os alunos em práticas cidadãs e lutar contra formas de opressão. A docência, portanto, deixa de ser uma prática burocrática e se torna um ato cultural e transformador (Freire, 2015).

A escola, por sua vez, deve ser concebida como esfera pública democrática, capaz de formar cidadãos conscientes e críticos. Nela, professores e alunos se encontram para dialogar, compartilhar experiências e projetar alternativas para além da realidade imediata. Isso significa que o ensino não pode ser neutro: sempre estará a serviço da reprodução ou da transformação social. A neutralidade pedagógica, para Giroux (1986), não passa de uma estratégia ideológica que esconde as relações de poder presentes no processo educativo (Anderson, 1999).

A resistência, dentro dessa perspectiva, não se confunde com simples oposição ou recusa à autoridade. Ao contrário, a resistência é um movimento criador, que busca construir novas formas de ser, pensar e agir no mundo. Giroux (2003) sustenta que o ensino deve fomentar a reflexão crítica e estimular práticas coletivas que se contraponham ao autoritarismo e à lógica neoliberal. Assim, a sala de aula torna-se um espaço de disputa simbólica e política, onde diferentes discursos se enfrentam e novas linguagens podem emergir (Gadotti, 2003).

Para ele (Giroux, 1997), o conhecimento não é neutro: ele carrega visões de mundo, valores e interesses que favorecem determinados grupos sociais. A pedagogia crítica, ao evidenciar esse vínculo, busca capacitar os estudantes a compreender como o saber está implicado em dinâmicas de dominação, mas também de libertação. Com isso, o ato de aprender passa a ser um exercício de consciência e ação transformadora (Creswell, 2021).

A educação, nesse horizonte, deve ajudar os estudantes a desenvolverem uma consciência crítica da liberdade. Isso significa compreender que a liberdade não é dada, mas construída coletivamente, mediante práticas sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, a pedagogia crítica fomenta a participação ativa dos alunos, convidando-os a engajar-se na vida pública e a assumir responsabilidades com a transformação social (Freire, 2015).

O compromisso com a vida pública é outro aspecto central. Giroux (1997) ressalta que a escola deve cultivar a coragem cívica e o engajamento democrático, em contraposição às práticas individualistas e mercadológicas incentivadas pelo neoliberalismo. Formar cidadãos críticos implica estimular a participação política, o questionamento das injustiças e a disposição para lutar por uma sociedade mais inclusiva e justa (Anderson, 1999).

A luta contra a opressão, nesse contexto, assume lugar de destaque. A escola crítica não pode se furtar à responsabilidade de combater a marginalização, a exclusão e todas as formas de preconceito que atravessam a sociedade. Inspirado em Paulo Freire (2015), Giroux acredita que a pedagogia crítica deve possibilitar que professores e alunos se insiram na história como sujeitos, e

não como objetos. Trata-se de recuperar a dimensão ética e política da educação, em que resistir significa também criar alternativas de vida digna e democrática.

Giroux também critica o tecnocratismo e a racionalidade instrumental que reduzem a educação a números, resultados imediatos e eficiência técnica (Creswell, 2021). Esse modelo, baseado em testes padronizados e indicadores quantitativos, ignora a complexidade humana e as dimensões culturais do processo educativo. Para ele, uma educação reduzida à técnica não é capaz de formar cidadãos críticos, mas apenas indivíduos adaptados ao sistema produtivo.

Em sua análise, Giroux (1986) destaca que nem toda forma de oposição representa resistência efetiva. Ele cita o exemplo de estudantes que, ao violarem regras escolares, reproduzem comportamentos sexistas e opressivos, em vez de questionarem a lógica de dominação. Isso demonstra que a resistência deve ser crítica, consciente e orientada para a emancipação, não apenas um ato de rebeldia sem reflexão.

> O autor cita o exemplo de estudantes que violam as regras da escola e argumenta que este tipo de comportamento "ocorre menos como uma crítica da escolarização do que como uma expressão de hegemonia ideológica": [...] alunas de sexta série na Inglaterra, que, afirmando a ideologia oficial da escola, com sua ênfase sexualmente repressiva na ordem, passividade, obediência e "feminilidade". Isso toma a forma de gravar os nomes dos namorados nas carteiras escolares, usar maquiagem demais e roupas justas, gabar-se de suas preferências sexuais por rapazes mais velhos e amadurecidos, e passar grande parte do tempo conversando sobre rapazes e namorados. Ao invés de sugerir resistência, acho que esse tipo de comportamento de oposição demonstra um modo opressivo de sexismo. Seu princípio organizador parece estar ligado a práticas sociais inspiradas pelo objetivo de desenvolver uma relação sexual e eventualmente marital com um rapaz, e, dessa forma, acentua uma lógica que tem pouco a ver com o sexismo que caracteriza a vida da classe trabalhadora e da culta de massa em geral (Giroux, 1986, p. 152).

O currículo, para Giroux (1997), é um campo de disputa política e cultural. Ele não pode ser visto apenas como um conjunto neutro de conteúdos, mas como espaço em que se definem valores, identidades e perspectivas de mundo. Dessa forma, o professor crítico atua como mediador que questiona, reorganiza e ressignifica o currículo, tornando-o um instrumento de diálogo e emancipação (Gadotti, 2003).

Essa visão implica compreender a escola como lugar de múltiplos discursos, em que coexistem forças conservadoras e progressistas. O desafio do educador crítico é criar brechas de resistência dentro desse espaço contraditório, transformando o cotidiano escolar em terreno fértil para a produção de novos sentidos. A escola, nesse viés, não é apenas local de instrução, mas um laboratório social de práticas democráticas.

Ao situar a pedagogia como prática cultural, Giroux (2003) amplia o diálogo da educação com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a filosofia e os estudos culturais. Essa

perspectiva multidisciplinar enriquece o debate pedagógico e permite compreender a educação em contextos marcados pela globalização, pela diversidade e pelos conflitos sociais.

A crítica ao neoliberalismo é recorrente em Giroux (1997), que aponta como essa ideologia tenta transformar a educação em mercadoria e o aluno em consumidor. Para ele, resistir significa preservar a escola como bem público e como espaço de construção de cidadania. Essa luta não se restringe ao âmbito pedagógico, mas envolve também disputas políticas e culturais que transcendem os muros da escola.

A obra de Giroux se articula com outros pensadores da pedagogia crítica, como Paulo Freire, Peter McLaren e István Mészáros, compondo um movimento de resistência intelectual e política. Esse diálogo revela que a luta pela democratização da educação não é local ou isolada, mas parte de um processo histórico e global de enfrentamento às injustiças (Gadotti, 2003).

A proposta de Henry Giroux reafirma a centralidade da educação como prática de resistência. Ao invés de restringir-se ao ensino técnico e adaptativo, a pedagogia crítica projeta a escola como espaço de esperança, diálogo e transformação. O ensino, nesse horizonte, não é apenas transmissão de conhecimento, mas prática social, cultural e política voltada para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A educação não é neutra, e a escola desempenha múltiplos papéis que podem tanto reforçar estruturas de controle social quanto promover processos de socialização e transformação. A pedagogia crítica, segundo Giroux (1997, 2003), propõe que a escola se torne um espaço de resistência, em que professores e alunos possam questionar relações de poder e desenvolver práticas que emancipem os indivíduos. Essa abordagem enfatiza que o ensino deve ir além da instrução mecânica e da reprodução de normas e valores dominantes, estimulando reflexão crítica, debate e ação transformadora. A resistência, nesse contexto, não se reduz a atos de oposição simbólica; ela se manifesta na capacidade de questionar a ordem estabelecida e de construir alternativas culturais, políticas e sociais.

A pedagogia crítica também estabelece uma relação direta entre conhecimento e poder. O conhecimento, nesse sentido, não é neutro ou universal, mas sempre inscrito em contextos sociais, políticos e históricos. Ao conectar conhecimento ao poder, Giroux (1997) propõe que os estudantes compreendam como as estruturas sociais e políticas moldam suas vidas e os circunscrevem em posições de dominação ou exclusão. Essa compreensão permite que os alunos se tornem sujeitos críticos, capazes de identificar tendências autoritárias e de engajar-se em atitudes construtivas que favoreçam mudanças sociais significativas.

Desenvolver a consciência de liberdade é um dos objetivos centrais da pedagogia crítica. Para isso, é necessário que os estudantes aprendam a reconhecer sua própria agência, entendendo

que a liberdade não é simplesmente concedida, mas construída por meio da participação, do pensamento crítico e da ação ética. A educação deve, portanto, promover a autonomia intelectual e moral, permitindo que os indivíduos questionem normas e estruturas injustas e se posicionem como atores ativos na sociedade (Freire, 2015).

O questionamento do poder é outro eixo essencial. A pedagogia crítica incentiva os estudantes a compreender como as instituições, os processos legais, as normas culturais e os discursos midiáticos influenciam suas vidas, moldam oportunidades e perpetuam desigualdades. Reconhecer essas estruturas é o primeiro passo para desenvolver a capacidade de ação crítica e a responsabilidade social. Essa abordagem conecta teoria e prática, estimulando atitudes reflexivas e engajamento social.

A formação para a participação cívica é igualmente central. A pedagogia crítica visa educar os alunos para a vida pública, cultivando a coragem cívica, o senso de responsabilidade coletiva e o compromisso com práticas democráticas. A escola deve ser um espaço onde os estudantes possam experimentar o debate, a negociação de ideias e a construção de consensos, desenvolvendo habilidades de liderança, diálogo e solidariedade.

Lutar contra a opressão é parte integrante desse projeto educativo. Giroux (2003) enfatiza que a pedagogia crítica deve criar condições para combater a exclusão, a marginalização e todas as formas de discriminação, transformando a escola em um espaço de resistência e empoderamento social. Professores e estudantes tornam-se protagonistas de ações que contestam práticas injustas e promovem a igualdade.

O diálogo com Paulo Freire é profundo e constitutivo da pedagogia crítica. Ambos compartilham o compromisso com a democratização da educação e a construção de uma pedagogia que liberte os indivíduos das opressões sociais. Freire (2015) afirma que a presença no mundo do sujeito educador deve ser ativa, de inserção consciente, lutando para não ser apenas objeto da história, mas sujeito de transformação.

> Freire afirma: "Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história." Essa declaração reflete a essência da educação libertadora, em que o indivíduo não se limita a aceitar passivamente as circunstâncias impostas, mas assume um papel ativo na construção de sua própria trajetória e na transformação da sociedade. Estar inserido no mundo implica engajamento crítico, consciência histórica e responsabilidade ética. O sujeito educador ou educando não é apenas um receptor de informações ou normas; ele se reconhece como agente capaz de analisar, intervir e modificar as estruturas sociais que o cercam. (Freire, 2015)

No contexto da pedagogia crítica, como desenvolvida por Henry Giroux (1997, 2003), essa afirmação ganha ainda mais profundidade, pois a escola e o ensino são entendidos como práticas de resistência. Inserir-se no mundo significa ocupar o espaço público de forma consciente,

questionando relações de poder, confrontando desigualdades e promovendo alternativas de ação cultural e política. Não se trata apenas de resistência simbólica, mas de engajamento real, em que professores e estudantes tornam-se coautores de processos de transformação social, capazes de gerar significados e experiências que contestam a ordem estabelecida.

Essa visão rompe com a pedagogia tradicional, que frequentemente reduz o aluno a objeto do ensino e limita sua atuação a seguir instruções. Pelo contrário, ser sujeito da história envolve autonomia intelectual, reflexão crítica, coragem cívica e capacidade de agir eticamente no mundo. É a afirmação de que a educação deve criar condições para que todos possam intervir, participar e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual o conhecimento não seja apenas instrumento de adaptação, mas ferramenta de libertação e emancipação (Freire, 2025; Giroux, 1997).

A pedagogia crítica também entende o currículo como um campo de disputa política e cultural. Para Giroux, o currículo não é neutro; ele reflete valores e visões de mundo que podem reproduzir desigualdades ou promover emancipação. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço para a construção de novas linguagens, perspectivas e práticas culturais que incentivem o pensamento crítico, a criatividade e a ação coletiva.

2. DESENVOLVIMENTO

Giroux (1997) apresenta uma crítica contundente ao tecnocratismo que vem permeando a educação contemporânea, caracterizado pela ênfase exagerada em metas quantitativas, avaliações padronizadas e indicadores de desempenho. Nesse modelo, a educação passa a ser medida por resultados mensuráveis e rankings, desconsiderando completamente a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e a singularidade de cada estudante. O tecnocratismo, ao reduzir o ensino a métricas e eficiência operacional, transforma a escola em uma organização voltada quase que exclusivamente para a produção de resultados, esquecendo-se de seu papel essencial como espaço de formação cidadã e de desenvolvimento crítico (Giroux, 1986).

Essa racionalidade tecnicista, como observa Haidt (2009), tende a negligenciar a dimensão pedagógica que envolve o diálogo, a ética e a construção de relações humanas significativas. Ao tratar a educação como mera gestão de recursos e instrução sistematizada, o tecnocratismo marginaliza a importância do professor como mediador cultural e intelectual. O docente, nesse contexto, deixa de ser sujeito ativo da prática educativa e passa a ser um executor de protocolos, comprometendo a capacidade da escola de fomentar a reflexão crítica, a criatividade e o engajamento social dos alunos.

Giroux (1997) argumenta que essa redução da educação à tecnocracia não é apenas uma limitação didática, mas também uma questão política. A imposição de indicadores e padrões normativos fortalece mecanismos de controle e padronização, funcionando como instrumento de dominação ideológica que molda o comportamento dos estudantes e define o que deve ser considerado sucesso acadêmico. Ao naturalizar a educação como instrumento de produtividade e adaptação, o tecnocratismo contribui para a reprodução das desigualdades sociais e restringe a possibilidade de emancipação dos sujeitos.

A pedagogia crítica propõe, portanto, uma abordagem alternativa, na qual a dimensão ética, cultural e social da educação é central. Nesse modelo, tanto o aluno quanto o professor são reconhecidos como agentes ativos, capazes de produzir conhecimento e intervir na realidade social de forma transformadora (Giroux, 1986). A escola, deixa de ser um espaço de mera execução de tarefas padronizadas e passa a ser um local de construção coletiva de saberes, em que a aprendizagem se articula com práticas sociais, culturais e políticas, ampliando o horizonte da formação humana.

Ianni (1996) reforça essa perspectiva ao discutir os impactos da globalização na educação, alertando para os riscos de que políticas educacionais globais promovam uniformização, competitividade exacerbada e exclusão social. O tecnocratismo, nesse contexto, aparece como um instrumento que legitima a lógica do mercado na escola, transformando o conhecimento em mercadoria e os estudantes em consumidores, em detrimento da formação crítica e da construção de valores democráticos. Giroux, alinhado a essa crítica, defende que a educação deve resistir a essas pressões, preservando seu caráter público e emancipatório.

A pedagogia crítica, ao confrontar o tecnocratismo, reafirma de maneira contundente a centralidade da dimensão humana e ética no processo educativo, enfatizando que a formação do sujeito não pode ser dissociada das experiências sociais, culturais e históricas que o constituem. Ao contrário dos modelos tecnicistas, que reduzem o ensino a métricas padronizadas e indicadores de desempenho, a pedagogia crítica coloca o ser humano no centro da prática educativa, reconhecendo sua singularidade, sua capacidade de reflexão e sua agência na construção do conhecimento (Giroux, 1986). Essa perspectiva sustenta que o aprendizado não se limita à absorção de conteúdos, mas envolve a apropriação crítica de saberes e a capacidade de interagir com o mundo de forma ética e transformadora.

O diálogo é, nesse contexto, um elemento estruturante da pedagogia crítica. Inspirando-se em Freire, a comunicação entre professor e aluno deve ser horizontal, baseada na escuta, na problematização da realidade e na construção conjunta do conhecimento.

A pedagogia crítica entende que o ensino é um processo dialógico em que todos os participantes têm voz ativa e contribuem para a formação de uma consciência coletiva, capaz de questionar desigualdades e estruturas de dominação (Haidt, 2009). O diálogo não é apenas uma estratégia metodológica, mas um princípio ético que possibilita a prática da cidadania e a participação consciente em contextos sociais diversos.

O pensamento crítico, por sua vez, é promovido como uma competência essencial da pedagogia crítica. Ele permite que os alunos compreendam as relações de poder e as dinâmicas sociais que influenciam suas vidas, desenvolvendo autonomia intelectual e ética. Ao problematizar normas, práticas institucionais e discursos hegemônicos, os estudantes aprendem a identificar injustiças, a questionar o status quo e a participar ativamente da transformação social. Essa capacidade de análise crítica contribui para formar indivíduos capazes de agir com responsabilidade e consciência histórica, reconhecendo que suas ações repercutem no coletivo (Ianni, 1996).

A autonomia, no âmbito da pedagogia crítica, não se restringe à liberdade individual no sentido liberal ou utilitarista. Ela envolve a capacidade de tomar decisões informadas, avaliar consequências e engajar-se em práticas que promovam o bem comum. Ao fortalecer a autonomia dos estudantes e professores, a pedagogia crítica rompe com a lógica do tecnocratismo, que padroniza comportamentos e limita a criatividade e o protagonismo. A educação, torna-se um espaço de experimentação social, cultural e política, em que cada sujeito aprende a agir e a refletir sobre o impacto de suas ações no mundo.

A responsabilidade social é outro pilar central dessa abordagem. A pedagogia crítica entende que educar é formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, capazes de reconhecer desigualdades, defender direitos e participar ativamente da vida pública. O ensino se transforma em prática ética, em que alunos e professores contribuem para a construção de espaços coletivos mais justos e democráticos, resistindo às pressões do mercado e às imposições de políticas educacionais tecnocráticas (Giroux, 1986; Haidt, 2009).

Ao colocar o aluno e o professor como sujeitos ativos, a pedagogia crítica promove uma prática educativa que transcende a mera transmissão de informações, tornando-se um instrumento de transformação social. Essa abordagem rompe com a lógica mecanicista e gerencial do tecnocratismo, ao valorizar a dimensão cultural, histórica e política da educação, reconhecendo o potencial de cada sujeito como agente de mudança.

A escola, passa a ser entendida como espaço de resistência, diálogo e construção coletiva de significados, formando cidadãos críticos, éticos e capazes de intervir de maneira consciente na realidade que os cerca.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre Henry Giroux e a pedagogia crítica, compreendida como prática de resistência. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender significados, sentidos e processos relacionados às práticas pedagógicas contemporâneas, priorizando a interpretação e a compreensão da realidade educacional em detrimento da quantificação de dados. Conforme apontam Creswell (2021) e Gil (2018), a pesquisa qualitativa busca explorar a complexidade dos fenômenos, considerando o contexto em que ocorrem e valorizando a singularidade dos sujeitos e das práticas educativas envolvidas.

A pesquisa bibliográfica é utilizada como estratégia central para reunir, sistematizar e analisar a produção científica existente sobre o tema. Esse tipo de investigação permite ao pesquisador explorar obras previamente publicadas, incluindo livros, artigos, dissertações e documentos eletrônicos, servindo como base para a construção do referencial teórico e para o desenvolvimento das análises propostas. De acordo com Severino (2016) e Richardson (1999), a bibliografia possibilita conhecer o estado da arte, identificar lacunas de pesquisa e fundamentar criticamente a reflexão sobre o objeto estudado. A relevância dessa abordagem é reforçada pela necessidade de compreender os conceitos centrais da pedagogia crítica de Giroux, sua relação com a resistência cultural e as práticas pedagógicas emancipatórias.

Paralelamente, a pesquisa caracteriza-se como documental, uma vez que inclui materiais acessados em bases digitais e científicas, considerados relevantes para a análise do objeto de estudo. Foram selecionadas obras disponíveis em livros, revistas especializadas, jornais e plataformas digitais de acesso acadêmico, como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico. A seleção das fontes seguiu critérios de atualidade, pertinência temática, rigor metodológico e relevância acadêmica, conforme orientam Lakatos e Marconi (2010) e Quivy e Van Campenhoudt (2008), garantindo a consistência teórica e a validade dos dados examinados ao longo do estudo.

A coleta de dados iniciou-se pelo levantamento das palavras-chave mais recorrentes na literatura, tais como pedagogia crítica, ensino como prática de resistência, cultura escolar, participação cidadã e currículo como política. Esse levantamento permitiu mapear um conjunto de artigos, livros e documentos que abordam a temática sob diferentes perspectivas, possibilitando um olhar plural, crítico e abrangente. Em seguida, realizou-se uma leitura exploratória dos títulos e resumos, com o objetivo de selecionar textos aderentes aos objetivos da pesquisa, considerando relevância, qualidade e diversidade de enfoques.

Após a triagem inicial, os textos selecionados foram submetidos à leitura analítica, buscando identificar elementos comuns, tensões, contribuições singulares e implicações pedagógicas. A análise ocorreu por meio da categorização temática e do cruzamento entre os achados, visando construir uma narrativa articulada que sintetizasse os principais pontos discutidos na literatura. Sousa, Oliveira e Alves (2021) destacam que a sistematização criteriosa das informações e a verificação da consistência dos dados são fundamentais para evitar contradições e interpretações equivocadas, garantindo maior rigor e profundidade à pesquisa.

Os procedimentos de análise envolveram a comparação entre as produções localizadas, com base em categorias definidas a partir dos objetivos específicos da pesquisa, conforme recomendam Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2017). Esse cruzamento possibilitou evidenciar recorrências, contrastes e nuances entre as experiências e reflexões descritas nos textos, destacando aspectos estruturais, pedagógicos e epistemológicos da pedagogia crítica e das práticas de resistência. A análise bibliográfica e documental exige do pesquisador um olhar crítico e dialógico sobre os dados, ultrapassando a mera repetição de ideias, e considerando a inter-relação entre teoria, prática e contexto social na formação de sujeitos ativos e conscientes.

Anderson, Perry. As origens da pós-modernidade (1999): A obra de Anderson permite compreender o contexto histórico e social que influencia a pedagogia crítica, especialmente a transição para a pós-modernidade e suas implicações culturais, políticas e educacionais. Ao analisar o surgimento de novas formas de poder, consumo e ideologia, o autor fornece elementos que ajudam a situar a pedagogia crítica de Giroux dentro de um cenário marcado pela globalização, pela mercantilização da cultura e pelo fortalecimento de discursos hegemônicos, que necessitam ser questionados e resistidos no ambiente escolar.

Creswell, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto (2021): Creswell contribui para o delineamento metodológico do estudo, fornecendo diretrizes para a construção de uma pesquisa qualitativa sólida. Sua abordagem permite justificar a opção por análise interpretativa e qualitativa, mostrando como coletar, organizar e interpretar dados de forma a evidenciar significados, sentidos e processos educativos relacionados à pedagogia crítica.

Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia (2015): Paulo Freire estabelece fundamentos essenciais para a reflexão sobre a prática pedagógica emancipatória defendida por Giroux. Sua obra orienta a análise da escola como espaço de diálogo, crítica e liberdade, reforçando a concepção de ensino como prática de resistência e a necessidade de professores e alunos se tornarem sujeitos ativos no processo de construção de conhecimento e transformação social.

Gadotti, Moacir. História das ideias pedagógicas (2003): Gadotti contribui ao situar a pedagogia crítica dentro do histórico das concepções pedagógicas, permitindo compreender a

evolução das ideias educacionais que enfatizam o papel da escola como espaço público e democrático. Seu trabalho sustenta a análise do ensino como prática de resistência, reforçando a importância de professores e alunos como produtores de significados e agentes de transformação cultural.

Gil, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa (2018) e Métodos e técnicas de pesquisa social (2008): As obras de Gil oferecem fundamentos metodológicos para a elaboração do estudo, desde a definição do problema de pesquisa até a análise crítica das fontes bibliográficas e documentais. Seus conceitos garantem rigor científico, coerência na construção do referencial teórico e validade na sistematização dos dados, aspectos essenciais para a investigação da pedagogia crítica de Giroux.

Giroux, Henry. Atos impuros: a prática política dos estudos culturais (2003); Os professores como intelectuais (1997); Teoria crítica e resistência em educação (1986): As obras de Giroux constituem o núcleo teórico do estudo, fornecendo as bases conceituais da pedagogia crítica. Elas sustentam a ideia de que o ensino deve ser prática de resistência, destacando a escola como espaço de intervenção política e cultural, e os professores como intelectuais públicos capazes de transformar a realidade social e desafiar relações de poder dominantes.

Haidt, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral (2009): Haidt oferece contribuições sobre a prática didática, auxiliando a articulação entre teoria crítica e estratégias pedagógicas concretas. Sua obra permite refletir sobre como implementar metodologias educativas que promovam autonomia, diálogo e participação ativa dos estudantes.

Ianni, Octavio. A era do globalismo (1996): Ianni oferece uma visão crítica do impacto da globalização na educação e na sociedade, contextualizando a necessidade da pedagogia crítica de Giroux. Seu trabalho ajuda a compreender como discursos globalizantes podem reforçar desigualdades e legitimar práticas opressivas, reforçando a importância da resistência cultural na escola.

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica (2017) e Técnicas de pesquisa (2010): As obras de Lakatos e Marconi fornecem embasamento metodológico sólido para a condução da pesquisa, orientando sobre coleta, análise e interpretação de dados bibliográficos e documentais, garantindo consistência teórica e rigor científico na investigação.

McLaren, Peter. Multiculturalismo crítico (2000): McLaren contribui para a compreensão das dimensões culturais e sociais da pedagogia crítica, reforçando a importância de práticas educativas que valorizem diversidade, inclusão e resistência a formas de opressão cultural e ideológica.

Mészáros, István. O século XXI: socialismo ou barbárie (2003): Mészáros fornece uma perspectiva crítica das estruturas econômicas e sociais contemporâneas, reforçando a relevância da pedagogia crítica para a conscientização sobre desigualdades e a necessidade de formação de sujeitos críticos capazes de intervir na sociedade.

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van. Manual de investigação em ciências sociais (2008): Os autores orientam a sistematização e análise crítica dos dados, especialmente em pesquisas de cunho qualitativo e documental, permitindo que o estudo sobre Giroux seja conduzido com rigor metodológico e profundidade interpretativa.

Richardson, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas (1999): Richardson contribui para o detalhamento das estratégias de pesquisa social, oferecendo suporte para a análise das produções científicas e garantindo que a interpretação dos dados seja consistente com os objetivos do estudo sobre pedagogia crítica.

Saviani, Dermeval. Escola e democracia (1997): Saviani reforça a dimensão política e democrática da educação, alinhando-se à perspectiva de Giroux ao enfatizar que a escola deve ser espaço de formação cidadã, capaz de promover resistência às desigualdades e estimular a participação ativa de estudantes e professores.

Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico (2016): Severino fornece subsídios para a condução científica da pesquisa, orientando sobre planejamento, estruturação e análise crítica de dados, contribuindo para a construção de um estudo sólido e rigoroso sobre pedagogia crítica e resistência educativa.

2.2. A ESCOLA COMO ESPAÇO PÚBLICO DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Um dos aspectos centrais da pedagogia crítica de Henry Giroux é a concepção da escola como espaço público de formação democrática. A escola não se limita à simples transmissão de conteúdos programáticos, mas se constitui como um espaço de produção de significados, reflexão crítica e engajamento social (Saviani, 1997). Professores e alunos são reconhecidos como sujeitos ativos, capazes de intervir na realidade social, questionar relações de poder e resistir a práticas opressivas que permeiam tanto a instituição escolar quanto o espaço cultural mais amplo.

Giroux (1986) enfatiza que, ao analisar atos de resistência, é essencial compreender se eles revelam uma recusa consciente ao nexus social de dominação e submissão. Ou seja, a resistência deve ser interpretada como uma prática que contém uma crítica da dominação e oferece oportunidades teóricas para a auto-reflexão e a emancipação individual e coletiva. A escola,

portanto, torna-se um território em que o engajamento crítico se manifesta, criando condições para que os sujeitos questionem normas, valores e estruturas sociais injustas.

> À análise de qualquer ato de resistência uma preocupação com descobrir o grau em que ela fala de uma forma de recusa que enfatiza, seja implícita, seja explicitamente, a necessidade de se lutar contra o nexus social de dominação e submissão. Em outras palavras, a resistência deve ter uma função reveladora, que contenha uma crítica da dominação e forneça oportunidades teóricas para a auto-reflexão e para a luta no interesse da auto-emancipação e da emancipação social. (Giroux, 1986, p. 147-148).

Não obstante, Giroux (1986) adverte que o conceito de resistência não pode ser aplicado indiscriminadamente a qualquer comportamento que pareça opositor. Muitos atos superficiais, como a ausência de professores ou atitudes de desinteresse, não configuram resistência no sentido crítico e emancipatório, mas podem representar comportamentos não profissionais ou antiéticos. O desafio teórico consiste em diferenciar ações com valor político e social das meras manifestações de insatisfação individual.

A análise da pedagogia crítica demanda atenção às formas sutis de resistência que se manifestam na escola. Giroux (1986) observa que frequentemente os teóricos da resistência ignoram manifestações menos óbvias, como estratégias de aprendizado autônomo, iniciativas coletivas de alunos ou diálogos críticos entre professores e estudantes. Esses atos silenciosos e muitas vezes invisíveis possuem grande relevância para a transformação cultural e social dentro do espaço escolar.

Saviani (1997) complementa essa perspectiva ao afirmar que a escola, como espaço público, deve promover a participação democrática de todos os envolvidos no processo educativo. A formação cidadã não se restringe à aprendizagem de conteúdos curriculares, mas envolve a construção de consciência ética, social e política, criando sujeitos críticos e ativos, capazes de intervir de forma responsável na sociedade.

Para Giroux, a escola deve ser entendida como uma arena de disputa cultural, na qual o currículo, os métodos de ensino e as práticas institucionais refletem e reproduzem relações de poder existentes. O ato de resistência, portanto, não é apenas uma reação a regras escolares específicas, mas uma contestação às estruturas hegemônicas que moldam a experiência educacional.

Quivy e Van Campenhoudt (2008) enfatizam que, ao conduzir pesquisas sobre educação, é crucial interpretar criticamente os dados e considerar o contexto sociocultural dos fenômenos estudados. No caso da pedagogia crítica, compreender atos de resistência na escola exige atenção às complexidades das interações entre professores, alunos, currículo e sociedade.

Richardson (1999) reforça a importância de métodos rigorosos para analisar essas práticas, destacando que a pesquisa social deve ir além da observação superficial e buscar compreender os significados subjacentes das ações humanas. Assim, a escola como espaço de resistência requer abordagens metodológicas que permitam captar nuances de comportamentos e atitudes críticas.

A resistência estudantil, segundo Giroux (1986), não se limita a comportamentos ostensivos, rebeldes ou visivelmente disruptivos. Ela se manifesta de diversas formas, muitas vezes sutis e criativas, que envolvem o questionamento de conteúdos, a proposição de projetos alternativos, a reorganização de práticas escolares e a mobilização coletiva de saberes que desafiam a lógica hegemônica presente no currículo e nas relações de poder institucionais. Esses atos de resistência não apenas evidenciam a agência dos estudantes, mas revelam a capacidade da escola de funcionar como um espaço de emancipação, onde a cultura e o conhecimento não são simplesmente reproduzidos, mas reconstruídos criticamente pelos sujeitos que participam ativamente do processo educativo.

Giroux (1986) alerta para o perigo de se banalizar o conceito de resistência, aplicando-o indiscriminadamente a qualquer forma de oposição superficial. Ele exemplifica criticamente situações em que comportamentos aparentemente “rebeldes” ou “opositores” são erroneamente interpretados como resistência genuína. O autor menciona, por exemplo, uma argumentação de uma educadora considerada “radical”, que afirmava que professores que saíam da escola rapidamente após o término das aulas estariam, na verdade, cometendo atos de resistência. Para Giroux, essa interpretação carece de rigor analítico, pois o simples ato de se ausentar ou demonstrar desinteresse não garante que exista uma intenção consciente de questionar ou transformar as estruturas de poder presentes na escola.

Essa crítica evidencia a necessidade de um olhar criterioso e reflexivo sobre os atos de resistência, que considere contexto, motivação e impacto político das ações. A resistência verdadeira, segundo Giroux, deve possuir uma função reveladora: questionar e problematizar a dominação, oferecendo aos sujeitos oportunidades para reflexão crítica, auto-emancipação e atuação social transformadora. Atos de resistência superficial ou meramente simbólicos não devem ser confundidos com práticas pedagógicas críticas, pois não contribuem para a construção de uma cultura escolar emancipatória.

A resistência estudantil genuína muitas vezes assume formas coletivas, colaborativas e intelectualmente engajadas. Alunos podem desenvolver estratégias de aprendizado alternativas, organizar debates, produzir projetos de intervenção social ou reinterpretar conteúdos curriculares de maneira crítica, conectando teoria e prática. Esses comportamentos demonstram que a

resistência não se reduz a uma atitude individual de contestação, mas se configura como um esforço compartilhado de criação de sentido e transformação cultural dentro do espaço escolar.

> Ao considerar essas nuances, torna-se evidente que o conceito de resistência deve ser analisado com precisão e responsabilidade metodológica. Giroux (1986) enfatiza que os comportamentos apresentados pelos sujeitos educativos não falam por si mesmos; é necessário interpretá-los à luz de sua intenção política, de seu impacto social e de sua relação com o contexto educacional e cultural mais amplo. Dessa forma, a resistência estudantil se revela como prática educativa transformadora, que vai além da oposição, engajando professores e alunos em uma construção coletiva de significados e possibilidades de mudança. Portanto, compreender a resistência segundo Giroux exige reconhecer que nem todas as manifestações de oposição são efetivamente críticas. A análise deve diferenciar entre comportamentos superficiais, que podem até ser socialmente reprováveis, e ações que efetivamente contestam a lógica hegemônica, promovendo autonomia intelectual, consciência crítica e engajamento social. Essa distinção é central para que a pedagogia crítica se concretize como prática de resistência no ambiente escolar, garantindo que a educação cumpra seu papel de formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir na sociedade de forma ética e transformadora (Giroux, 1986, p. 148-149 – grifos de Balta, Cabral, Ischkanian e Ischkanian, 2025).

A análise do espaço escolar como esfera pública de resistência também exige reflexão sobre a relação entre ensino e sociedade. Saviani (1997) argumenta que a educação deve contribuir para a construção de uma sociedade democrática, crítica e participativa, formando sujeitos conscientes de seu papel social e capazes de intervir na transformação das estruturas que perpetuam desigualdades.

Giroux (1986, 1988) observa que o professor, como intelectual público, desempenha papel central na promoção da resistência cultural na escola. Ao problematizar conteúdos, questionar o currículo oficial e estimular o pensamento crítico dos alunos, o docente contribui para a formação de sujeitos emancipados, capazes de atuar de forma ética e responsável no espaço social.

A escola como espaço de resistência também se relaciona com a construção de uma cultura crítica compartilhada entre professores e alunos. Giroux (1986) destaca que essa prática coletiva é capaz de criar alternativas pedagógicas que contestam práticas opressivas e reforçam valores democráticos, éticos e inclusivos, fortalecendo o papel da educação como instrumento de transformação social.

> Ao limitar suas análises a esse tipo de comportamento, os teóricos da resistência têm ignorado formas menos óbvias de resistência entre os estudantes e em frequentemente interpretado erroneamente o valor político da resistência demonstrada pelos “rebeldes exibidos”. (Giroux, 1986, p.152).

O currículo, nesse contexto, não deve ser visto como um conjunto neutro de conteúdos, mas como um campo de disputa política e cultural. A pedagogia crítica propõe que o currículo seja mobilizado para desenvolver consciência crítica, questionar desigualdades e estimular a

participação cidadã, promovendo resistência ativa e construção de significados sociais (Giroux, 1986; Saviani, 1997).

A resistência escolar também envolve a valorização de saberes culturais e sociais previamente marginalizados. A pedagogia crítica reconhece a importância de integrar perspectivas diversas, promovendo a inclusão e o diálogo entre diferentes experiências, o que fortalece a dimensão emancipatória da educação e amplia o alcance das práticas de resistência (Giroux, 1986).

Para assegurar que a resistência seja efetivamente crítica e não apenas simbólica, é necessário que professores e alunos compreendam as relações de poder subjacentes às normas institucionais. A consciência sobre as estruturas que moldam a experiência escolar permite que a resistência se torne transformadora, contribuindo para a emancipação individual e coletiva (Giroux, 1986; Saviani, 1997).

A pesquisa social em educação, como orientam Quivy e Van Campenhoudt (2008) e Richardson (1999), fornece ferramentas para analisar criticamente o contexto escolar e identificar formas de resistência construtiva. O estudo sistemático das interações entre alunos, professores e currículo revela como a escola pode se constituir como espaço de engajamento e transformação social.

A pedagogia crítica também destaca a necessidade de integrar teoria e prática na análise do espaço escolar. A reflexão teórica sobre resistência deve orientar intervenções pedagógicas concretas, promovendo práticas educativas que incentivem autonomia, pensamento crítico e participação social ativa (Giroux, 1986; Saviani, 1997).

Segundo a perspectiva de Giroux e Saviani, não é um espaço neutro, mas uma arena de resistência e transformação cultural. Professores e alunos, ao se tornarem sujeitos ativos e críticos, têm a possibilidade de questionar normas, produzir significados, criar alternativas pedagógicas e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e justa, reafirmando o papel emancipatório da educação.

2.3. O PAPEL DO PROFESSOR COMO INTELECTUAL PÚBLICO E AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

O papel do professor na perspectiva da pedagogia crítica de Henry Giroux transcende a função tradicional de transmissor de conhecimento, assumindo a posição de intelectual público. Nesse sentido, o docente não apenas ensina conteúdos, mas participa criticamente da construção do currículo, problematiza informações recebidas como verdades absolutas e promove o pensamento crítico entre os estudantes. Essa atuação exige do professor consciência de seu poder

de mediação e sua responsabilidade ética na formação de sujeitos críticos, capazes de analisar, questionar e intervir nas estruturas sociais que perpetuam desigualdades e práticas de opressão (Giroux, 2003; Mészáros, 2003).

Giroux (2005) enfatiza que uma pedagogia radical não se limita a oferecer novas formas de pensar e agir na sala de aula, mas também prepara professores e alunos para questionar crenças e mitos de longa data que legitimam práticas sociais discriminatórias e arcaicas. A pedagogia crítica, portanto, não se restringe ao desenvolvimento cognitivo, mas envolve a formação ética, social e política, capacitando professores e estudantes a intervir de forma consciente e responsável no mundo. O professor, nesse contexto, atua como mediador da crítica social e como agente de transformação, capaz de promover autonomia intelectual e engajamento político.

> No entendimento de Giroux (2005, p. 136) uma Pedagogia Radical: [...] não se interessa apenas em oferecer aos estudantes novas formas de pensar criticamente e de agir com autoridade na sala de aula, também trata de preparar professores e alunos com as necessárias competências e conhecimentos que lhes permitam questionar crenças e mitos de raízes profundas que legitimam as mais arcaicas e discriminatórias práticas sociais que, por sua vez, estruturam todos os aspectos da sociedade, e ainda de os responsabilizar para a sua intervenção no mundo. Em outras palavras, a pedagogia crítica forja a crítica e a acção tanto através da linguagem do cepticismo como da possibilidade.

A função de intelectual público implica ainda a capacidade de problematizar a autoridade e as estruturas de poder que definem o que é considerado conhecimento legítimo. Giroux (2003) afirma que o professor deve desenvolver a habilidade de suspeitar e criticar as formas dominantes de autoridade, tanto dentro quanto fora das escolas, compreendendo como estas sancionam teorias, legitimam saberes específicos e determinam posições de sujeitos na sociedade. Essa prática é central para que a pedagogia crítica funcione como instrumento de resistência cultural e transformação social.

Giroux (2003) afirma que o professor, enquanto intelectual público, deve desenvolver a capacidade de suspeitar e criticar as formas dominantes de autoridade que estruturam não apenas o ambiente escolar, mas a sociedade como um todo. Essa autoridade manifesta-se na legitimação de determinados conhecimentos em detrimento de outros, na definição do que é considerado teoria válida e na imposição de normas que moldam a identidade e a posição social dos sujeitos. Para Giroux, a crítica a essas formas de poder é essencial para que a educação não se limite à reprodução acrítica de hierarquias, mas se torne um espaço de reflexão, questionamento e transformação social.

A atuação crítica do professor envolve identificar como o currículo e as práticas pedagógicas refletem e reforçam interesses políticos e econômicos dominantes. A escola, segundo Giroux, não é neutra: ela incorpora valores, normas e convenções culturais que legitimam certas

posições de poder, enquanto marginaliza ou invisibiliza saberes e experiências de grupos subalternizados. O docente deve exercer uma vigilância constante, questionando os conteúdos, métodos e discursos que estruturam a experiência educacional, de modo a evitar a perpetuação de desigualdades.

A crítica proposta por Giroux também inclui a análise da memória pública e das narrativas históricas presentes no ensino. Os professores devem questionar quais eventos, personagens e interpretações são valorizados e quais são omitidos ou distorcidos. Essa reflexão é crucial para compreender como a educação contribui para a construção de identidades sociais e culturais, e como pode reforçar ou desafiar estruturas de dominação. Ao problematizar essas narrativas, o docente incentiva nos alunos o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica e ética.

Giroux destaca a necessidade de desconstruir a noção de autoridade acadêmica e científica como algo absoluto. Ao ensinar os estudantes a questionar o que é aceito como conhecimento legítimo, o professor promove o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual. Isso significa que a educação deve fornecer ferramentas para que os alunos reconheçam interesses subjacentes, relações de poder e limitações nas afirmações teóricas apresentadas, estimulando a criação de novas perspectivas e interpretações.

Essa postura crítica não se restringe ao ambiente escolar. Giroux enfatiza que a educação deve preparar os sujeitos para a participação ativa na esfera pública, desafiando não apenas as normas e práticas internas à escola, mas também as estruturas sociais, políticas e culturais que influenciam a vida coletiva. O docente, como intelectual público, tem o papel de mostrar aos alunos que resistir às formas dominantes de autoridade é uma dimensão ética e política de sua formação, permitindo-lhes atuar de maneira consciente e transformadora na sociedade.

A capacidade de suspeitar e criticar as formas de autoridade, segundo Giroux (2003), não é apenas uma competência intelectual, mas um compromisso ético.

O professor deve estimular a reflexão crítica, a autonomia e a responsabilidade social dos alunos, transformando o processo educativo em uma prática de resistência cultural Giroux (2003)

Esse posicionamento fortalece a pedagogia crítica, pois demonstra que o conhecimento é sempre situado, politicamente carregado e potencialmente emancipatório quando utilizado para desafiar relações de poder injustas e promover a justiça social.

Ao se engajar criticamente com o currículo e a prática docente, o professor fortalece a dimensão política da educação. Ele não apenas transmite conteúdos, mas incentiva a análise crítica, a reflexão ética e a construção de novos significados, promovendo uma educação orientada à cidadania ativa. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço público de debate, engajamento e resistência, no qual professores e alunos juntos questionam estruturas hierárquicas e desigualdades sociais, alinhando-se às propostas de emancipação defendidas por Giroux.

Peter McLaren (2000) complementa essa perspectiva ao propor o multiculturalismo crítico, que reconhece a diversidade de experiências e saberes dos estudantes como fonte de conhecimento e resistência. Para McLaren, o professor deve valorizar essas múltiplas perspectivas e utilizá-las para problematizar o currículo e as práticas pedagógicas hegemônicas, reforçando o papel da escola como espaço de transformação cultural e social.

Mészáros (2003), por sua vez, destaca a importância de compreender a educação como um instrumento de luta contra a reprodução das desigualdades estruturais e das relações de dominação impostas pelo sistema capitalista global. O professor, enquanto intelectual público, torna-se um mediador crítico dessa luta, promovendo a reflexão e incentivando a ação coletiva que desafie os mecanismos de opressão e a concentração de poder.

O papel do professor como agente de transformação exige, portanto, competências que vão além da formação técnica e disciplinar. Ele deve desenvolver habilidades críticas, reflexivas e éticas, capazes de orientar os alunos na construção de conhecimento significativo e na compreensão das complexas relações de poder que permeiam a sociedade. Essa função amplia a visão de ensino como prática política e cultural, conectando teoria, ação e consciência social.

A pedagogia crítica de Giroux transforma o professor em um sujeito ativo e responsável, cujo papel transcende a sala de aula e se insere no debate público, na construção da memória coletiva e na resistência contra estruturas de dominação. Ao combinar reflexão crítica, ação pedagógica e engajamento social, o professor contribui para a formação de cidadãos capazes de compreender, resistir e intervir na realidade, promovendo uma educação emancipatória, democrática e socialmente transformadora.

2.4. RESISTÊNCIA CULTURAL E CRÍTICA AO TECNOCRATISMO E ÀS PRÁTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

A pedagogia crítica, segundo Henry Giroux, apresenta-se como uma prática de resistência cultural, ética e política, oferecendo alternativas ao modelo tecnocrático e neoliberal de educação. Esse modelo reduz o ensino a métricas quantitativas, indicadores de desempenho e resultados padronizados, desconsiderando as dimensões humanas, sociais e culturais que estruturam a experiência educativa. Para Giroux (1986; 1997; 2003), essa padronização compromete a

capacidade dos estudantes de desenvolver pensamento crítico e autonomia, transformando a escola em um espaço de reprodução social e cultural, em vez de um ambiente de emancipação e criatividade.

A resistência cultural proposta pela pedagogia crítica manifesta-se na valorização da produção de conhecimento pelos sujeitos educandos, bem como na análise crítica das estruturas sociais e das relações de poder. Giroux (1986, p. 151) enfatiza que é necessário decifrar como os modos de produção cultural demonstrados por grupos subordinados podem ser analisados para revelar seus limites e possibilidades, permitindo o desenvolvimento do pensamento crítico, do discurso analítico e de novos modos de apropriação intelectual. Dessa forma, a resistência não é apenas oposição, mas construção de alternativas epistemológicas e práticas que rompem com a lógica hegemônica dominante.

Giroux (1986, p. 151) enfatiza a necessidade de compreender os modos de produção cultural de grupos subordinados de forma crítica, não apenas como registros de práticas sociais, mas como instrumentos que podem revelar tanto limites quanto possibilidades de ação e reflexão. Ao analisar esses modos de produção cultural, torna-se possível identificar padrões de dominação, opressão e exclusão, bem como oportunidades para desenvolver estratégias de resistência e criação intelectual. Essa abordagem permite que o educador e o estudante reconheçam como determinadas formas de expressão cultural são moldadas por relações de poder e, ao mesmo tempo, como podem ser ressignificadas para fomentar autonomia, pensamento crítico e inovação pedagógica.

A análise dos modos culturais subordinados, segundo Giroux, não se restringe a uma observação passiva, mas envolve um engajamento ativo com as práticas sociais, valores e narrativas que circulam nas comunidades educacionais e sociais. Ao decifrar essas manifestações culturais, o educador pode identificar elementos que limitam a criatividade e reproduzem desigualdades, ao mesmo tempo em que descobre potenciais para o desenvolvimento do discurso analítico, da crítica ética e da apropriação intelectual pelos alunos. Este processo conecta a cultura à ação política, demonstrando que o conhecimento não é neutro, mas sempre situado em contextos históricos, sociais e culturais específicos.

Essa perspectiva reforça a dimensão emancipatória da pedagogia crítica. Ao examinar as práticas culturais dos grupos subordinados, professores e alunos são convidados a perceber como o conhecimento é socialmente construído, quais interesses ele serve e como pode ser transformado para atender a necessidades coletivas e emancipadoras. Giroux (1986) ressalta que o pensamento crítico surge justamente da capacidade de relacionar práticas culturais à análise de estruturas de poder, permitindo que os sujeitos questionem normas, tradições e discursos dominantes e construam alternativas de resistência.

O enfoque de Giroux destaca a importância de interpretar os modos culturais não apenas como objetos de estudo, mas como instrumentos pedagógicos que podem ser mobilizados para fortalecer a autonomia intelectual e a participação cívica dos estudantes. Ao integrar essas práticas culturais à educação, os professores promovem um ambiente em que os alunos desenvolvem habilidades de reflexão crítica, capacidade analítica e competência para produzir novos significados, ampliando a dimensão política e ética do ensino.

A apropriação intelectual, nesse contexto, é um processo dinâmico e ativo que vai muito além da simples assimilação de conteúdos; ela exige um diálogo constante entre professores e alunos, entre teoria e prática, entre cultura dominante e subordinada. Esse processo não apenas possibilita a compreensão crítica da realidade, mas também incentiva a criação de novas formas de conhecimento que desafiam estruturas de poder existentes. Ao engajar os estudantes nesse diálogo contínuo, o educador contribui para que eles reconheçam as relações de dominação e as hierarquias simbólicas presentes na sociedade, ao mesmo tempo em que desenvolvem autonomia, capacidade analítica e consciência ética.

> Trabalhar com os modos de produção cultural dos grupos subordinados significa valorizar saberes frequentemente invisibilizados ou marginalizados pelos currículos tradicionais. Giroux (1986, p. 151) ressalta que a análise crítica desses modos culturais permite identificar tanto limitações quanto potencialidades, oferecendo aos estudantes ferramentas para compreender criticamente o mundo e intervir nele de maneira criativa. A apropriação intelectual não é um ato isolado, mas uma construção coletiva, em que professores e alunos coproduzem significados, reinterpretam normas e criam estratégias de resistência que se aplicam à vida social e cultural. A apropriação intelectual também implica o reconhecimento de que o conhecimento é sempre situado e historicamente condicionado. Cada prática cultural contém traços de dominação, mas também oferece possibilidades de resistência e criatividade. Ao explorar essas tensões, professores e alunos são incentivados a pensar criticamente sobre suas próprias experiências e sobre os contextos sociais nos quais estão inseridos, fortalecendo a capacidade de agir de forma ética, responsável e socialmente consciente. A apropriação intelectual, combinada com a análise crítica dos modos de produção cultural, fortalece a educação como prática política, ética e cultural. Ela transforma a escola em um espaço público de resistência e engajamento, formando sujeitos capazes de compreender as complexidades sociais, desafiar relações de poder injustas e agir com autonomia, criatividade e consciência crítica na sociedade contemporânea (grifos de Balta, Cabral, Ischkanian e Ischkanian, 2025).

A didática radical, conceito central na pedagogia crítica de Giroux, propõe que a organização do trabalho pedagógico seja estruturada de modo a desenvolver nos estudantes disciplina, habilidade e oportunidade para pensar em termos de oposição. Trata-se de criar condições para que os alunos analisem criticamente os pressupostos e interesses que legitimam as questões colocadas dentro da linguagem oficial da escola ou da sala de aula (Giroux, 2003, p. 45). Essa abordagem permite que o ensino se configure como prática de resistência e engajamento social, fortalecendo a capacidade dos estudantes de questionar normas, práticas e discursos hegemônicos.

> Uma Didática Radical, segundo Giroux (2003), vai além da simples transmissão de conteúdos e da execução de atividades programadas. Ela se configura como uma proposta pedagógica que organiza o trabalho educativo de maneira a desenvolver nos estudantes disciplina, autonomia, criatividade e pensamento crítico. Essa didática oferece oportunidades para que os alunos questionem, reflitam e desafiem os pressupostos que sustentam a linguagem oficial da escola e os interesses sociais, políticos e culturais que moldam as práticas educativas. Ao estimular a capacidade de pensar em termos de oposição, os estudantes são convidados a analisar criticamente normas, regras e conceitos que, muitas vezes, são aceitos como naturais ou incontestáveis. A Didática Radical cria espaços de diálogo, problematização e experimentação, fortalecendo a consciência ética e a capacidade de intervenção social. Nesse processo, os educandos aprendem não apenas conteúdos acadêmicos, mas também habilidades para resistir a lógicas de dominação e opressão, desenvolvendo autonomia intelectual e senso de responsabilidade coletiva. Giroux enfatiza que essa abordagem exige que os professores atuem como mediadores e facilitadores do pensamento crítico, incentivando a construção compartilhada do conhecimento e a apropriação ativa das práticas culturais e sociais. (Giroux, 2003, p. 45 – grifos de Balta, Cabral, Ischkanian e Ischkanian, 2025).

Giroux (2003, p. 44) reforça que a esperança, no contexto da pedagogia crítica, não se limita a uma expectativa passiva de mudança, mas constitui um ideal ético e ativo, enraizado na vida cotidiana de educadores, estudantes e comunidades. Essa esperança é traduzida em ações concretas de resistência ao autoritarismo institucional, ao controle empresarial e às diversas formas de dominação social que permeiam a escola e a sociedade. A pedagogia crítica, nesse sentido, articula teoria e prática, promovendo a transformação cultural e a participação ativa no espaço público.

> Esperança, no contexto da pedagogia crítica de Giroux (2003), transcende a simples expectativa de mudança ou a ideia de resistir passivamente às condições adversas. Ela se configura como um ideal ético profundamente enraizado nas práticas cotidianas de educadores, estudantes e outros sujeitos sociais que buscam confrontar e superar as estruturas de dominação presentes na sociedade. Não se trata apenas de reagir contra o autoritarismo institucional ou empresarial, mas de cultivar uma visão de futuro pautada na emancipação, na justiça social e na valorização da dignidade humana. Essa esperança ativa orienta práticas pedagógicas que incentivam a reflexão crítica, a criação de alternativas educativas e a participação cidadã, promovendo um engajamento contínuo com a transformação cultural e social. Ao ser incorporada à educação, a esperança se torna um motor para a resistência criativa, permitindo que professores e alunos se tornem agentes capazes de intervir eticamente no mundo, produzindo significados, desafiando normas hegemônicas e construindo novas possibilidades de sociabilidade. Assim, a esperança não é utópica nem idealizada de forma abstrata; ela se manifesta em ações concretas que articulam teoria, prática e compromisso ético, reafirmando a educação como instrumento de liberdade e mudança social. [...] (Giroux, 2003 p. 44 – grifos de Balta, Cabral, Ischkanian e Ischkanian, 2025).

A crítica ao tecnocratismo e à mercantilização do conhecimento também está diretamente ligada à contestação da lógica neoliberal na educação. Giroux destaca que a educação não deve ser subordinada a interesses de mercado ou a políticas que privilegiam eficiência e produtividade em detrimento da formação integral do indivíduo. A pedagogia crítica oferece, portanto, uma alternativa que valoriza a reflexão ética, a solidariedade, a diversidade cultural e a construção coletiva de saberes, promovendo a autonomia e a cidadania crítica.

A pedagogia crítica enfatiza que professores e alunos são sujeitos ativos na produção de conhecimento e na transformação social. Ao resistir às práticas neoliberais e tecnocráticas, os educadores exercem papel de agentes de mudança cultural, capaz de questionar hierarquias, estimular a consciência crítica e fomentar a participação democrática. O engajamento dos sujeitos educativos com essa prática de resistência é fundamental para que a escola funcione como espaço público de formação ética, política e cultural (Giroux, 1997; 2003).

A resistência cultural na pedagogia crítica não é meramente defensiva, mas construtiva e transformadora. Ela articula práticas pedagógicas, análise crítica e ação social, permitindo que a educação seja instrumento de emancipação, consciência ética e transformação social. Ao confrontar o tecnocratismo e as práticas neoliberais, a pedagogia crítica reafirma o papel central da escola como espaço de resistência, criatividade e engajamento público, capaz de formar cidadãos conscientes e críticos, aptos a intervir na realidade social de maneira ética e responsável.

2.5. HENRY GIROUX E A PEDAGOGIA CRÍTICA: O ENSINO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA.

Henry Giroux é um dos mais influentes teóricos da pedagogia crítica contemporânea, cujas contribuições acadêmicas se destacam pela análise das interações entre educação, cultura e política. Sua obra busca articular teoria crítica e prática pedagógica, promovendo uma visão da escola como espaço de resistência e transformação social, em oposição à mera reprodução de estruturas de dominação. Giroux entende a educação como um campo de disputa política e cultural, onde professores e estudantes têm potencial para desenvolver consciência crítica e agir de forma ética na sociedade.

A pedagogia crítica, conforme formulada por Giroux, amplia as ideias de Paulo Freire ao insistir que a educação não pode ser neutra. As escolas, segundo ele, não são apenas locais de transmissão de conteúdos, mas arenas em que se travam lutas sobre valores, normas e significados culturais. Para Giroux, a educação deve capacitar os alunos a questionarem as relações de poder, entenderem as desigualdades sociais e desenvolverem habilidades de ação transformadora, tornando-se sujeitos críticos e agentes de mudança.

Um dos pilares da pedagogia crítica de Giroux é a valorização do professor como intelectual público. Ele critica a visão tecnocrática do professor como mero executor de programas curriculares pré-determinados. Em vez disso, propõe que os educadores assumam um papel reflexivo e político, capaz de problematizar conteúdos, analisar contextos sociais e culturais e engajar os estudantes em práticas educativas críticas. Esse posicionamento transforma a função docente em ato de resistência e emancipação.

A política cultural constitui outro eixo central no pensamento de Giroux. Ele argumenta que a cultura — incluindo a cultura popular, os meios de comunicação e os discursos midiáticos — desempenha papel pedagógico fundamental na formação da identidade, valores e percepções dos estudantes. Compreender como a cultura dominante legitima determinadas formas de vida enquanto exclui outras é essencial para que a educação crítica possa intervir na construção de sentidos e significados alternativos.

A pedagogia crítica enfatiza a agência e a resistência dos estudantes frente às estruturas de dominação. Giroux argumenta que teorias tradicionais da reprodução social muitas vezes subestimam a capacidade de os alunos resistirem e reconfigurarem práticas e discursos impostos. Ao reconhecer a agência estudantil, a pedagogia crítica promove a autonomia intelectual e incentiva os alunos a desenvolverem práticas de resistência criativa, contribuindo para uma educação emancipatória.

A crítica ao neoliberalismo e ao tecnocratismo é outro aspecto central da obra de Giroux. Ele aponta que a lógica de mercado transformou a educação em mercadoria e os estudantes em consumidores, comprometendo a função pública e democrática da escola. Essa lógica restringe o

pensamento crítico, padroniza processos educativos e reduz o ensino a métricas quantitativas, ignorando dimensões éticas, culturais e políticas essenciais para a formação cidadã.

Giroux destaca que a resistência pedagógica não se limita a atos ostensivos de rebeldia. A resistência pode se manifestar de forma construtiva e criativa, por meio de projetos, discussões críticas, experimentações culturais e apropriação intelectual. Ele ressalta que interpretar erroneamente comportamentos superficiais como resistência pode desviar o foco do potencial emancipatório da educação, sendo necessário compreender o contexto político e social subjacente a cada ação estudantil.

A didática radical, proposta por Giroux, visa organizar o trabalho pedagógico de forma a desenvolver nos estudantes habilidades para pensar criticamente, questionar pressupostos e analisar interesses sociais e culturais presentes na escola e na sociedade. Essa abordagem fortalece a autonomia, a disciplina intelectual e a capacidade de intervir de forma ética e consciente nos contextos sociais e educacionais em que estão inseridos.

A pedagogia crítica propõe uma estreita relação entre conhecimento e poder. O conhecimento não é neutro, mas socialmente situado e carregado de interesses. Giroux sustenta que a educação deve possibilitar que alunos e professores compreendam como estruturas sociais e políticas influenciam o acesso ao saber, permitindo-lhes agir de maneira informada, ética e transformadora.

Um aspecto central da obra de Giroux é a esperança ativa, entendida como um ideal ético que inspira ações concretas de resistência. Essa esperança não se limita a expectativas vagas, mas se manifesta em práticas pedagógicas que promovem engajamento crítico, cidadania, solidariedade e transformação social, constituindo a escola como espaço de resistência cultural e ética.

Ao analisar os modos de produção cultural de grupos subordinados, Giroux enfatiza a necessidade de decifrar limitações e potencialidades desses saberes. Essa análise permite identificar formas de dominação e, simultaneamente, criar novas estratégias pedagógicas que fortaleçam a apropriação intelectual, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes.

Giroux articula ainda a pedagogia crítica com a ética e a responsabilidade social, considerando que a formação de sujeitos críticos exige um compromisso com a justiça social e a democracia. A educação, nesse sentido, deve fomentar o desenvolvimento de valores éticos, senso de cidadania e consciência histórica, preparando os alunos para participarem ativamente da vida pública.

Ele destaca a importância de problematizar o currículo como campo de disputa política e cultural. O currículo não deve ser entendido como neutro ou natural, mas como resultado de

escolhas sociais e políticas que refletem interesses hegemônicos. A pedagogia crítica propõe que professores e estudantes questionem, transformem e construam coletivamente o conhecimento curricular.

A prática pedagógica crítica envolve diálogo constante entre teoria e prática. Professores e alunos são coautores do processo educativo, interpretando, recriando e apropriar-se de saberes de forma ética e reflexiva. Essa coautoria fortalece o engajamento, a resistência cultural e a capacidade de transformar a realidade social.

Giroux enfatiza que a pedagogia crítica deve confrontar o tecnocratismo e a padronização neoliberal. Isso implica valorizar experiências e saberes diversos, fomentar metodologias ativas e promover aprendizagens significativas, rompendo com modelos de ensino baseados exclusivamente em indicadores quantitativos.

A pedagogia crítica também conecta-se ao multiculturalismo e à valorização da diversidade cultural. Giroux, assim como McLaren (2000), ressalta que compreender diferentes contextos culturais e sociais é fundamental para promover uma educação inclusiva, ética e transformadora, capaz de formar cidadãos críticos e participativos.

A resistência pedagógica, segundo Giroux, se articula à construção de alternativas à lógica dominante da sociedade. Isso inclui desenvolver metodologias que integrem crítica, ética, autonomia e engajamento social, permitindo que os estudantes compreendam e questionem os mecanismos de opressão presentes nas instituições educativas e na sociedade em geral.

A pedagogia crítica reafirma a centralidade da escola como espaço público de resistência e transformação. Ao colocar professores e alunos como sujeitos ativos e intelectuais públicos, Giroux propõe uma educação capaz de promover justiça social, democracia e emancipação cultural, consolidando a escola como arena de ação crítica e compromisso ético.

Entre suas obras notáveis em português, destacam-se *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*, que enfatiza o papel ativo do docente como agente de transformação cultural e social, instigando o pensamento crítico e a responsabilidade ética dos estudantes; *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução*, na qual Giroux problematiza a função da escola na reprodução das desigualdades e apresenta a pedagogia crítica como ferramenta de resistência e emancipação; *Escola crítica e política cultural*, que explora a relação entre educação e cultura, demonstrando como a escola pode ser um espaço para a contestação das práticas hegemônicas e para a produção de novos significados sociais; e *Educação, cultura e lutas pela democracia: escritos contemporâneos sobre o maquinário neoliberal*, onde o autor analisa os impactos do neoliberalismo na educação e na

formação cidadã, defendendo a construção de práticas pedagógicas que promovam a justiça social e a democracia.

Coletivamente, essas obras consolidam Giroux como referência central para o estudo da pedagogia crítica, evidenciando sua contribuição para compreender a educação não apenas como transmissão de conteúdos, mas como prática política, cultural e ética de resistência. Seus escritos oferecem subsídios teóricos e metodológicos para professores, pesquisadores e gestores educacionais interessados em transformar a escola em um espaço público de reflexão crítica, engajamento social e desenvolvimento da consciência crítica, promovendo uma educação capaz de formar cidadãos conscientes e ativos na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

3. CONCLUSÃO

O estudo realizado evidencia que a pedagogia crítica, conforme concebida por Henry Giroux, reafirma a centralidade da educação como espaço de resistência e transformação social. Ao compreender a escola como arena de disputa cultural e política, percebe-se que o ensino vai muito além da simples transmissão de conteúdos, promovendo a formação de sujeitos críticos, conscientes e éticos, capazes de intervir na realidade que os cerca. Essa perspectiva fortalece a ideia de que a educação deve ser um instrumento de emancipação e de construção de uma sociedade mais justa.

A análise das contribuições de Giroux demonstra que o papel do professor transcende a função tradicional de mero transmissor de informações. Os docentes são convidados a assumir posturas reflexivas, críticas e éticas, tornando-se intelectuais públicos que participam ativamente da formação cidadã. Essa atuação transforma a relação entre professores e alunos, estimulando o diálogo, o pensamento crítico e a capacidade de ação coletiva, consolidando a escola como um espaço de engajamento e resistência cultural.

A resistência não se limita a gestos ostensivos de rebeldia, mas manifesta-se de forma criativa e construtiva, por meio de questionamentos, projetos alternativos e apropriação de saberes que desafiam a lógica dominante. Esse aspecto evidencia que a escola pode ser um local de desenvolvimento intelectual e cultural, onde os alunos se tornam agentes ativos na transformação da sociedade.

A pedagogia crítica, ao problematizar o currículo e os conteúdos escolares, mostra que o conhecimento não é neutro, mas socialmente construído e imerso em relações de poder. Essa compreensão permite que alunos e professores analisem criticamente os pressupostos que estruturam a educação, questionem normas e práticas hegemônicas e construam coletivamente novas formas de conhecimento, mais inclusivas e democráticas.

A análise do contexto cultural, social e político, promovida por Giroux, revela que a educação é inseparável desses elementos. Ao conectar o ensino à política cultural, à diversidade e às condições estruturais da sociedade, a pedagogia crítica amplia a compreensão sobre o papel da escola como espaço de formação ética e cidadã, capaz de enfrentar desigualdades e contribuir para a transformação social.

A resistência ao tecnocratismo e à lógica neoliberal é outro ponto central, pois evidencia a necessidade de um ensino que valorize a dimensão humana, ética e social. Essa perspectiva permite que os estudantes desenvolvam autonomia, consciência crítica e capacidade de ação responsável, rompendo com modelos educacionais baseados exclusivamente em métricas e resultados quantitativos.

A pedagogia crítica também evidencia a importância da esperança ativa como motor da transformação educacional. Ao investir na formação de sujeitos críticos e engajados, a educação se torna capaz de cultivar ideais éticos, estimular a participação social e fortalecer a cidadania, consolidando a escola como espaço de resistência, criatividade e construção de novas possibilidades para o futuro.

O estudo reforça que a pedagogia crítica propõe uma relação estreita entre teoria e prática, na qual professores e alunos são coautores do processo educativo. Essa coautoria promove apropriação intelectual, reflexão crítica e engajamento ativo, possibilitando que a educação funcione como instrumento de transformação social, cultural e política, formando cidadãos conscientes e preparados para atuar eticamente no mundo.

A análise das ideias de Giroux demonstra que a pedagogia crítica não se limita a um modelo teórico, mas oferece caminhos concretos para a construção de uma educação transformadora. A escola, entendida como espaço público de resistência e engajamento, constitui-se em terreno fértil para a produção de conhecimento crítico, para a promoção da justiça social e para o desenvolvimento de cidadãos capazes de lutar por uma sociedade mais democrática, ética e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROUX, Henry. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 2009.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

E-BOOK - 2025